



Moveltex


Centro de Competências e de Incubação de Empresas

Relatório e Contas do Exercício de 2021



CONTEÚDO

Relatório de Atividades	4
Balanço	15
Demonstração dos Resultados por Naturezas	16
Demonstração de Alterações nos Fundos Patrimoniais	17
Demonstração de Fluxos de Caixa	19
Anexo às Demonstrações Financeiras	20
Certificação Legal das Contas	
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	



ÍNDICE

RELATÓRIO DE ATIVIDADES	4
BALANÇO.....	15
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	16
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS	17
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	19
ANEXO	20
1. Identificação da Entidade.....	20
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	20
3. Principais Políticas Contabilísticas.....	21
3.1. Bases de Apresentação	21
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	22
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	29
5. Ativos Fixos Tangíveis	30
6. Ativos Intangíveis.....	31
7. Financiamentos Obtidos	31
8. Rédito.....	32
9. Provisões, passivos contingentes, ativos contingentes e garantias	32
10. Subsídios do Governo e apoios do Governo	32
11. Imposto sobre o Rendimento	33
12. Benefícios dos empregados.....	33
13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	34
14. Outras Informações	34
14.1. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	34
14.2. Clientes e Utentes.....	35
14.3. Outros créditos a receber.....	36
14.4. Caixa e Depósitos Bancários	36
14.5. Fundos Patrimoniais	36
14.6. Fornecedores.....	37
14.7. Estado e Outros Entes Públicos	38
14.8. Diferimentos.....	38
14.9. Outras Dívidas a Pagar.....	39
14.10. Subsídios, doações e legados à exploração.....	39
14.11. Fornecimentos e serviços externos	40
14.12. Outros rendimentos	40
14.13. Outros gastos.....	41
14.14. Resultados Financeiros.....	41
14.15. Acontecimentos após data de Balanço.....	42

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Através do presente relatório de gestão, vem a Associação da sociedade dar conhecimento aos Associados e terceiros com os quais a sociedade se relaciona, de alguns aspetos que considera mais relevantes e relacionados com a atividade desenvolvida pela **MOVELTEX - Centro de Competências e de Incubação de Empresas, Associação**, no exercício de 2021.

Assim:

1. INTRODUÇÃO

A MOVELTEX - Centro de Competências e de Incubação de Empresas, Associação, é uma entidade de direito privado e sem fins lucrativos. Foi criada por iniciativa conjunta da Câmara Municipal de Paços de Ferreira, da PROFISOUSA - Associação de Ensino Profissional do Vale do Sousa e da AEPF - Associação Empresarial de Paços de Ferreira, com um objetivo geral de contribuir para o desenvolvimento económico do concelho de Paços de Ferreira e região em que se insere.

Para desenvolver ações que permitam atingir o referido objetivo geral e tal como define o seu objeto, na versão mais recente dos estatutos, foram atribuídas à Moveltex as seguintes missões: promover o empreendedorismo, a criação e a incubação de empresas, bem como a coordenação/implementação do plano estratégico.

A organização da sua atividade ao longo do ano de 2021, tal como previa o plano de atividades aprovado, descreve-se em torno dos seguintes eixos:

- Incubação e Empreendedorismo;
- Apoio às empresas, empreendedores e investidores;
- Incentivos Municipais ao investimento;
- Ações para os setores do mobiliário têxtil e vestuário;
- Comunicação.

Uma vez apreciadas as atividades a desenvolver e efetivamente desenvolvidas pela Moveltex ao longo do ano de 2021 e verificando-se que algumas delas se compreendem nas atribuições do Município, estas foram consideradas de relevante interesse público municipal.

Além disso, como a natureza dessas atividades/serviços, na maioria dos casos, não geram rendimentos que permitam assegurar a subsistência da instituição (apenas a atividade de incubação de empresas gera receita e para a manutenção da infraestrutura), foi celebrado um

contrato programa com o município que visou garantir os meios financeiros à prossecução das atividades previstas no plano para o ano cujo presente relatório descreve.

Tal como nos anos anteriores, também durante o ano de 2021, a Moveltex respeitou as obrigações previstas nesse contrato, facultando as informações e/ou documentos que lhe foram solicitados pelo Município, bem como cumpriu as regras da contratação publicação, manteve a situação tributária e perante a segurança social regularizada, mencionou o apoio do Município nos termos e na forma que este indicou, bem como demonstrou através do relatório entregue ao município, em 7 de fevereiro de 2022, o cumprimento dos objetivos e os resultados alcançados, através dos indicadores definidos.

A simples existência e funcionamento da Moveltex manteve em 2021 um propósito com que foi a sua atividade desenhada pelas lideranças das instituições que partilham o seu capital, designadamente o de fortalecer um modelo de participação organizada da sociedade local na gestão pública e nas decisões de políticas públicas ligadas ao desenvolvimento económico. A Câmara Municipal de Paços de Ferreira, a Profisousa e a AEPF, fazendo parte do seu património associativo e participando inclusive nos seus órgãos de gestão, tomaram parte nas decisões sobre um conjunto de iniciativas que nasceram neste quadro institucional durante o ano de 2021, bem como deram os seus contributos sobre variadíssimos outros assuntos de interesse municipal.

2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA

A. INCUBAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

Estiveram incubadas durante o ano de 2021 na Moveltex 22 empresas, que ocuparam a totalidade das salas disponíveis para os empreendedores. A média de idade das empresas incubadas foi de 22 meses, empregando 23 pessoas. A incubadora manteve a certificação do IAPMEI durante o ano de 2021 e apresentou o pedido de renovação para 2022.

Apesar dos efeitos da pandemia, a Moveltex manteve em funcionamento, com a normalidade possível, a incubadora de empresas. Manteve uma elevada taxa de ocupação, sendo, contudo, necessário evidenciar um decréscimo da procura. Alguns empreendedores, fruto da pandemia e da introdução de novas formas de trabalho, encontraram outras soluções para manterem e desenvolverem os seus projetos.

Ainda assim, foram assegurados, e efetivamente prestados, os serviços de consultoria e mantidas as bolsas de parceiros, continuando também a ser feita a divulgação das empresas incubadas e seus serviços, bem como a serem partilhados os eventos realizados na rede Portuspark a que a Moveltex pertence.

Foi ainda organizado um encontro das empresas incubadas, não tendo sido possível realizarem-se os encontros regulares iniciados no ano anterior, fruto na nova realidade pandémica.

Durante o ano de 2021, foi acompanhado um projeto StartUpVisa (denominado MEU MUSA) e foi ainda acompanhado um projeto apoiado pelo StartupVoucher.

Foi assegurado o funcionamento e a manutenção dos equipamentos e edifício afetos à incubação.

Do inquérito de satisfação enviado às empresas incubadas no final do ano, foi obtida uma resposta de 7 das 20 empresas. Foi-lhes solicitado que pontuassem de 1 (mau) a 5 (excelente) os indicadores abaixo assinalados e os resultados foram, sinteticamente, os seguintes:

Como avalia as infraestruturas (instalações e equipamento) disponibilizados?	4,4
Como avalia os serviços prestados?	4,4
Como avalia o desempenho da Direção da Moveltex?	4,7
Recomendaria a Moveltex?	4,9

Por último, foi também pedido às empresas incubadas durante o ano de 2021 que respondessem a um inquérito de desempenho. Apesar de ter sido feito uma insistência no início de 2022 no sentido de obter uma resposta da sua parte, apenas 6 dos projetos incubados (a que correspondiam 10 postos de trabalho) responderam apenas 6 projetos incubados notando-se que nem todos indicaram o seu volume de negócios.

B. APOIO ÀS EMPRESAS, EMPREENDEDORES E INVESTIDORES

Durante o ano de 2021, a Moveltex assegurou o funcionamento do Balcão das Empresas e a coordenação do Espaço Empresa. Nestas atividades de apoio às empresas, empreendedores e investidores (Espaço Empresa e Balcão das Empresas), estão compreendidos os seguintes serviços:

- Apoio à instalação e ao investimento das empresas (através da identificação de potenciais locais para a instalação ou de infraestruturas já existentes, bem como apresentando propostas de localização);

- Apoio ao comércio local, nacional e internacional;
- Articulação com entidades públicas;
- Informação às empresas sobre apoio ao investimento;
- Serviço de acolhimento (para investidores e potenciais clientes das empresas locais).

A funcionar fisicamente a partir das instalações da Moveltex (antiga Esq. 12), estas atividades geraram um total de 248 casos de acompanhamento, muitos dos quais com vários atendimentos (ou reuniões).

O Espaço Empresa/Balcão das Empresas agrega neste espaço um conjunto alargado de serviços das diferentes entidades da administração central que aderiram ao Espaço Empresa e ainda o apoio e articulação com os diferentes serviços do Município de Paços de Ferreira e da Associação Empresarial de Paços de Ferreira. Assim, a Moveltex assegurou a coordenação do Espaço Empresa e continuou a prestar, através deste, os serviços do Balcão das Empresas que acima se referiram.

C. INCENTIVOS MUNICIPAIS AO INVESTIMENTO

No ano de 2021, não foram apresentados quaisquer pedidos de incentivo ao investimento ao abrigo do regulamento municipal que os permite, aprovado na Assembleia Municipal de 22 de dezembro 2017, e que entrou em vigor a 24 de janeiro de 2018.

Considerando o tempo decorrido desde a sua aprovação, a sua aplicação aos casos concretos, a nova realidade económica e social vivida no Município de Paços de Ferreira e uma eventual necessidade de adaptação à lei vigente, propôs-se que o regulamento fosse revisto durante o ano de 2022.

D. AÇÕES PARA OS SETORES DO MOBILIÁRIO, TÊXTIL E VESTUÁRIO

Tendo em vista o desenvolvimento económico e social na área do Município de Paços de Ferreira, foi desenvolvido pela Câmara Municipal, em parceria com a AEPF, o primeiro Plano Estratégico direcionado para os setores do mobiliário e têxtil/vestuário, cujo horizonte temporal se esgotou. Face a essa realidade, a Moveltex solicitou à Universidade Católica Portuguesa que liderasse o novo plano para o horizonte temporal 2020/30. A elaboração deste Plano decorreu durante o ano de 2021 e encontra-se na fase final (próximo da sua conclusão), esperando-se que venha a orientar a ação futura da Moveltex e seus parceiros.

Para além desta iniciativa excecional, embora transversal à sua atividade ordinária, a Moveltex organizou a sua ação em dois domínios: através de atividades organizadas por si diretamente ou através da coordenação/acompanhamento de atividades desenvolvidas por outras entidades.


As atividades planeadas para o ano de 2021 tiveram necessariamente de ser adaptadas à realidade da pandemia nos momentos em que foram executadas. Essas alterações foram executadas sempre em articulação com a Câmara Municipal de Paços de Ferreira, com a Associação Empresarial de Paços de Ferreira e a Profisousa. As atividades desenvolvidas no decurso do ano 2021 foram as seguintes:

1. Ações desenvolvidas diretamente com vista à promoção das empresas:

Durante o ano de 2021, e considerando os constrangimentos impostos pelas necessárias cautelas de saúde pública, foram desenvolvidas diversas ações:

- Execução do projeto de Formação/Ação MOVE, destinado a desenvolver a economia digital e a indústria 4.0., com a participação de 24 empresas. Face a uma execução acima da média do conjunto das entidades lideradas pelo organismo intermédio AIP, foi admitida a possibilidade de ampliar o projeto para mais 12 empresas, pelo que a execução estender-se-á durante o ano de 2022.
- Organização do evento "SmartLiving by Capital do Móvel", realizado a 17 junho de 2021, na Quinta dos Jasmins. Para o mesmo, foi elaborado um vídeo de apresentação do projeto que visa criar um consórcio de empresas para realizarem investigação e desenvolvimento em conjunto com a Universidade de Aveiro.
- Foi concebida e criada pela Moveltex, com a colaboração de um conjunto de empresas, uma mesa tecnológica, de forma a promover o conceito de "smart living". A mesa integra a Internet das coisas, com um ecrã que pode transmitir quatro conteúdos em simultâneo e um assistente de voz que permite controlar as funções da própria mesa e do ambiente em que se insere, tal como apagar ou ligar a iluminação e a climatização. Toda esta tecnologia pode ser introduzida noutras peças de mobiliário. A ideia desta demonstração passou por estimular os empresários de Paços de Ferreira a desenvolver móveis com tecnologia incorporada. Para além de ter sido exibida durante a inauguração da feira Capital do Móvel, que decorreu no final de maio na cidade de Lisboa (dia 26), a peça foi também o centro de atenções no evento público de apresentação da iniciativa "Smart Living by Capital do Móvel", relativa ao projeto Móvel do Futuro.

- Adjudicação do Plano Estratégico 20/30 à Universidade Católica Portuguesa, como anteriormente referido, com vista a que esse documento possa responder aos seguintes objetivos:
 - i. Orientar a Câmara Municipal e a Associação Empresarial nas suas ações de apoio aos sectores económicos mais representativos na área do respetivo município e da região envolvente;
 - ii. Orientar a Moveltex não só na articulação com a Câmara Municipal e Associação Empresarial mas também na relação com outros players fortemente ligados a estas atividades económicas, designadamente associações setoriais e instituições do sistema científico e tecnológico;
 - iii. Identificar oportunidades de investimento coletivo nos dois sectores e as formas mais eficientes de as implementar;
 - iv. Propor ações de promoção ou desenvolvimento, ligadas aos referidos setores de atividade económica;
 - v. Indicar/sugerir áreas de atuação futura relevantes para as áreas em questão, em diferentes domínios (tecnológicos, recursos humanos, etc.);
 - vi. Outros objetivos considerando relevantes para o desenvolvimento económico e social das partes envolvidas.



2. Atividades de coordenação e acompanhamento:

Além das ações anteriormente referidas e realizadas diretamente pela Moveltex, foram desenvolvidas outras atividades de coordenação tendo vista os mesmos objetivos de promoção da economia do território. Essas ações ocorreram sempre em estreita articulação com o Município de Paços de Ferreira e foram as seguintes:

- Desde logo, a promoção de reuniões com os diversos atores económicos para a elaboração do plano estratégico, que se encontra em fase de conclusão, assim como a promoção de reuniões e sessões de trabalho com as empresas que, com a Moveltex, executaram a mesa que serviu de demonstração em 2 eventos públicos: a Capital do Móvel e o "Smart living by Capital do Móvel".
- Na sequência de contactos anteriores com a Universidade de Aveiro e tendo em vista a materialização do projeto "Móvel do Futuro", foram promovidas reuniões entre a universidade e empresas: de forma a promover a criação de um consórcio de investigação e desenvolvimento, cujo resultado mais visível foi a iniciativa "Smart Living by Capital do Móvel" e de forma a acolherem projetos de mestrado da mesma Universidade, que fomentaram a produção de peças de mobiliário com novas tecnologias, designadamente entre a Prof. Dr.^a Teresa Franqueira e suas alunas Líliliana Teixeira e

Rosa Mendes e as empresas Animóvel, Portos Mobiliário e Luís Silva - Estofos. Foram ainda realizadas sessões de trabalho para a execução da mesa que serviu de demonstrador com os parceiros e produtores da mesma (wyngsys, itzwood, iziwell, entre outras...). Subjacente a estas ações, está a inovação na indústria e a melhoria da criação de valor, no conjunto das nossas empresas. No decorrer do projeto, criou-se ainda uma equipa de trabalho (constituída pelos diretores executivos da Moveltex e da AEPF e ainda pela Dra. Patrícia Castro) que orientou e auxiliou a Moveltex a organizar a iniciativa "Smart Living by Capital do Móvel" anteriormente referida. O projeto mantém-se ativo.

- Participação no Grupo de Trabalho Temático Indústria que produziu e entregou um documento com sugestões de atividades que a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa remeteu para a reavaliação que fez aos seus "Projetos Estratégicos no Quadro da Revisão e Atualização - Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Tâmega e Sousa". As reuniões do grupo decorreram nos meses de fevereiro e março de 2021. Neste trabalho, entre outros projetos de interesse para o Município de Paços de Ferreira e para os seus principais setores de atividade económica, incluía-se o Centro Tecnológico do Mobiliário como uma das apostas estratégicas para a região e a ser criado em Paços de Ferreira. O documento "Projetos Estratégicos no Quadro da Revisão e Atualização - Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Tâmega e Sousa" acabou por ser aprovado no 42.º Conselho Intermunicipal, na sua reunião ordinária de 15 julho de 2021 e que se realizou em Resende.
- Preparação e avaliação de eventuais candidaturas para projetos de interesse municipal: durante o ano e em vários momentos, foram realizadas reuniões de avaliação e preparação de candidaturas, designadamente com a Profisousa - Associação de Ensino Profissional do Vale do Sousa, Câmara Municipal de Paços de Ferreira e empresa Consultora (em Março, dia 16) e várias outras reuniões, em Agosto e Setembro, que incluíram diversas instituições de ensino (ESTG-IPP, ISCE-DOURO, UCP, UA), numa tentativa de preparar um consórcio para a criação de um Centro de Excelência - Formação Profissional do Mobiliário.
- A temática da internacionalização foi também alvo de ações similares, designadamente com a AEPF e com consultores, tendo sido solicitado parecer ao AICEP sobre a possibilidade de a própria Moveltex se candidatar. Tendo em vista as novas gerações de áreas de acolhimento empresarial e a revisão em curso do PDM, foram realizadas também reuniões com os serviços de planeamento do Município de Paços de Ferreira e com empresas consultoras (Gonor, Sigma, FN WAY), designadamente no momento de abertura do aviso N° NORTE-53-2021-46 - Concurso para apresentação de candidaturas

de áreas de acolhimento empresarial, do NORTE 2020, para o qual seriam beneficiários os Municípios, as Empresas Municipais, Associações de Municípios ou sociedades gestoras de áreas de localização empresarial (com capitais maioritariamente públicos).

- Participações em sessões de formação/capacitação, workshops e outros eventos, que dada a grande quantidade, citar-se-ão apenas os de maior relevo:
 - ✓ Conferência do Associativismo Empresarial, promovida pelo presidente da AIP, com a presença de muitas outras associações empresariais, decorrida em Tomar a 7 julho de 2021;
 - ✓ Workshops de programação NORTE 2030, a convite da CIM-TS e da CCDR-NORTE: Valorização Ambiental e Gestão de Resíduos (dia 12 julho); Emprego, Formação e Empregabilidade (13 de julho);
 - ✓ Webinars sobre Turismo Industrial em Portugal (29 de janeiro 2021);
 - ✓ Sessões relativas ao Projeto Turismo de Natureza, promovido pela AMBT para toda a região do Tâmega e Sousa, em parceria com a CIM-TS.

3. Reuniões e eventos de outras entidades:

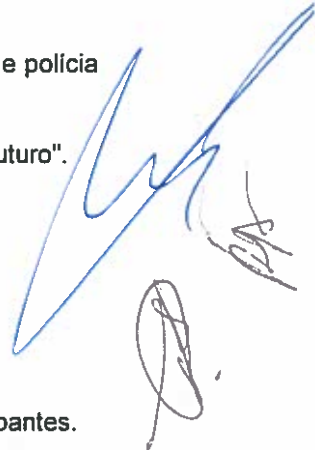
A Moveltex, através da direção executiva e através do seu presidente, participou ainda em reuniões com outras instituições que poderão vir a constituir-se relevantes para as atividades económicas do município, nomeadamente com o presidente da APIMA e AIMMP (designadamente na Gala de Entrega de Prémios AD Challenge'19 e Guilherme Award'19, que ocorreu em Gaia a 15 de julho). Este evento contou com a presença do Secretário de Estado da Internacionalização, Eurico Brilhante Dias. A Moveltex participou ainda no DigiBEST, como uma das boas práticas que a CIM-TS indicou para esta iniciativa (Espaço Empresa) e na divulgação às empresas do inquérito digital da ESTG-IPP.

E. COMUNICAÇÃO

No que respeita à comunicação, a Moveltex respeitou as suas obrigações institucionais (prestar informação ao público enquanto incubadora certificada pelo IAPMEI e enquanto entidade adjudicante), através, nomeadamente, do procedimento de atualizações necessárias ao seu site. Além disso, ciente do seu papel instrumental em relação às entidades que constituem o seu corpo associativo, manteve uma relação de articulação com todos, dando a conhecer as suas atividades e informações pertinentes aos públicos que serve, cumprindo, simultaneamente, os objetivos públicos da Câmara Municipal de Paços de Ferreira e os interesses das empresas da região e associadas à Associação Empresarial de Paços de Ferreira. O seu fim último é o desenvolvimento económico do Município e das suas empresas garantindo assim o bem-estar

dos cidadãos residentes no território do Município de Paços de Ferreira. Assim, manteve uma página própria – site – (que manteve atualizado) e uma página de Facebook, bem como tentou estimular a imprensa a publicitar a sua atividade, tendo conseguido os seguintes resultados:

- Manutenção do seu site oficial;
- Manutenção da sua conta do Facebook, com diversas publicações, designadamente com atividades próprias ou assuntos relacionados com aos seus públicos;
- Elaborou e apresentou um press releas e sobre a abertura do posto de polícia e futuro posto de turismo.
- Elaboração e apresentação de press release sobre o projeto "Móvel do Futuro".
- Promoção da publicação dos seguintes trabalhos:
 - ✓ Aniversário do Espaço Empresa;
 - ✓ A iniciativa "Smart Living by Capital do Móvel";
 - ✓ Empresas incubadas - MainGuilty;
 - ✓ Mobiliário do Futuro - a partir do press release enviado;
 - ✓ Move - criação do produto "cozinha portátil" pelas empresas participantes.



3. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

No decorrer de 2021 a atividade da Moveltex desenvolveu-se, tal como toda a atividade económica em geral, dentro do contexto de pandemia "Covid 19", que se traduziu no decréscimo do volume de negócios, mais concretamente na prestação de serviços na incubação de empresas.

As principais variáveis conheceram o seguinte movimento:

- As Prestações de Serviços cifraram-se no valor de 17.892.50 euros, registando uma quebra de 41 % em comparação com o exercício de 2020;
- Os custos totais sofreram uma quebra de mais de 7%, menos significativa que a das receitas, resultando desta relação um resultado líquido negativo de 995,07 euros, contra o resultado líquido positivo de 19.853.22 euros registado em 2020.

4. DIVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E AO CENTRO REGIONAL E SEGURANÇA SOCIAL

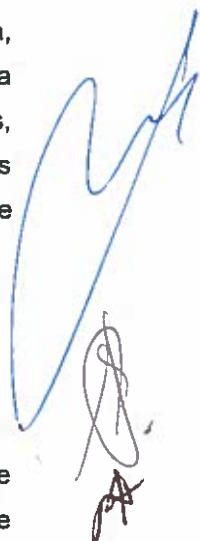
Em 31 de Dezembro de 2021, a empresa não tinha quaisquer dívidas à Administração Fiscal, ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

5. ATIVIDADE DA ASSOCIAÇÃO

Comprometida com o futuro e reagindo a uma envolvente cada vez mais exigente e competitiva, os sócios da MOVELTEX continuarão a ter uma posição interventiva na dinamização da sua atividade, de modo a articular o seu desempenho com cada uma das instituições participantes, por forma a que os resultados globais sejam sentidos por toda a comunidade que servem, os empresários, os empreendedores e, em última análise, a população da região que beneficiará de uma melhor economia local.

6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A MOVELTEX obteve um resultado líquido negativo de 995,07 euros (Novecentos e Noventa e Cinco Euros e Sete Cêntimos), propondo-se a transferência da sua totalidade para a rubrica de Resultados Transitados.



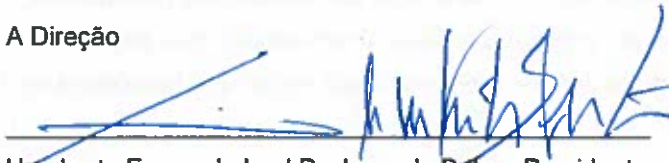
7. AGRADECIMENTOS

Os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança, em particular aos empreendedores, porque a eles se deve muito do nosso crescimento e desenvolvimento das nossas atividades.

Às pessoas e instituições que colaboram com a Moveltex, a todos os parceiros e aos Auditores, a quem também gostaríamos de deixar uma mensagem de apreço, pelo seu profissionalismo e empenho, fundamental ao crescimento sustentado da Associação.

Paços de Ferreira, 25 de Março de 2022

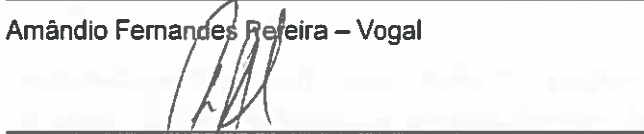
A Direção



Humberto Fernando Leal Pacheco de Brito – Presidente



Amândio Fernandes Pereira – Vogal



Ricardo Paulo Vasques de Almeida - Vogal

BALANÇO


BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(valores em Euro)

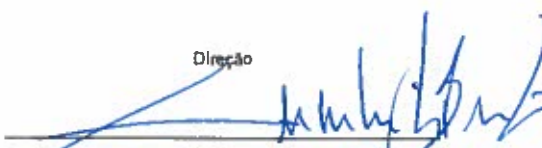


RUBRICAS	NOTAS	Períodos	
		2021	2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	183 188,02	188 379,36
Ativos intangíveis	6	1 443,33	1 483,33
Outros investimentos financeiros		1 159,20	966,00
Subtotal		185 790,55	190 828,69
Ativo corrente			
Clientes	14.2	16 316,34	21 481,39
Estado e outros Entes Públicos	11 ; 13 ; 14.7	0,00	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	14.1	0,00	0,00
Outros créditos a receber	14.3	87 967,78	131 396,63
Caixa e depósitos bancários	14.4	15 752,71	40 764,62
Subtotal		120 036,83	193 642,64
Total do ativo		305 827,38	384 471,33
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	14.5	200 000,00	200 000,00
Reservas	14.5	2 158,60	1 165,94
Resultados transferidos	14.5	-158 696,92	-177 557,48
Outras variações nos fundos patrimoniais	14.5	112 100,78	115 830,56
Resultado Líquido do período		-995,07	19 853,22
Total do fundo do patrimonial		154 567,39	159 292,24
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	9	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	7	0,00	0,00
Outras dívidas a pagar	14.9	0,00	0,00
Subtotal		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	14.6	5 393,03	25 010,31
Adiantamentos de clientes	14.2	590,40	258,30
Estado e outros Entes Públicos	11 ; 13 ; 14.7	3 480,00	3 144,42
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	14.1	38 595,04	41 095,04
Financiamentos obtidos	7	0,00	0,00
Diferimentos	14.8	77 813,80	131 395,39
Outras dívidas a pagar	14.9	25 387,72	24 275,63
Subtotal		151 259,99	225 179,09
Total do passivo		151 259,99	225 179,09
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		305 827,38	384 471,33

Paços de Ferreira, 25 de Março de 2022

O Contabilista Certificado


 José António Magalhães Machado (CC n.º 13 764)

Direção


 Humberto Fernando Leal Pacheco de Brito - Presidente

 Amândio Fernandes Pereira - Vogal

 Ricardo Paulo Vasques de Almeida - Vogal

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

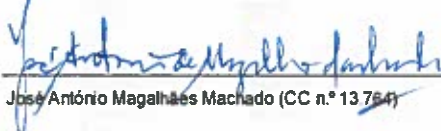
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(valores em Euro)


RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	8	17 892,50	30 483,15
Subsídios, doações e legados à exploração	14.10	123 735,57	143 433,48
Fornecimentos e serviços externos	14.11	-104 435,28	-118 713,61
Gastos com o pessoal	12	-36 396,90	-33 436,85
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14.2	0,00	0,00
Outros rendimentos	14.12	3 729,78	4 118,60
Outros gastos	14.13	-156,73	-2,21
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		4 368,94	25 882,56
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 ; 6	-5 231,34	-5 231,34
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-862,40	20 651,22
Juros e rendimentos similares obtidos	14.14	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	14.14	-0,15	0,00
Resultados antes de impostos		-862,55	20 651,22
Imposto sobre o rendimento do período	11 ; 14.7	-132,52	-798,00
Resultado líquido do período		-995,07	19 853,22

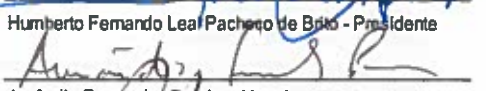
Paços de Ferreira, 25 de Março de 2022

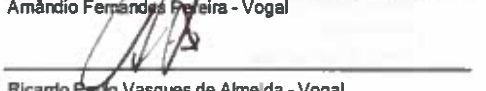
O Contabilista Certificado


 José António Magalhães Machado (CC n.º 13 764)

Direção


 Humberto Fernando Leal Pacheco de Brito - Presidente


 Amândio Fernandes Pereira - Vogal


 Ricardo Paulo Vasques de Almeida - Vogal

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2020

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe				Resultado líquido do período	Total	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transiç. Resultados	Outras variações nos fundos patrimoniais			
1		200 000,00	844,95	-183 656,23	119 560,34	6 419,74	143 168,80	143 168,80
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Aplicação de resultados		0,00	320,99	6 098,75	0,00	-6 419,74	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		0,00	0,00	0,00	-3 729,78	0,00	-3 729,78	-3 729,78
	2	0,00	320,99	6 098,75	-3 729,78	-6 419,74	-3 729,78	-3 729,78
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								
	3					19 853,22	19 853,22	19 853,22
RESULTADO EXTENSIVO								
	4=2+3					13 433,48	16 123,44	16 123,44
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2020								
	6=1+2+3+4	200 000,00	1 166,94	-177 567,48	115 830,56	19 853,22	159 292,24	159 292,24
	14.5							

Paços de Ferreira, 25 de Março de 2022

O Contabilista Certificado

Jose Antonio Magalhães Machado
Jose António Magalhães Machado (CC n.º 13.764)

A Direção

Humberto Fernando Leal Pacheco de Brito
Humberto Fernando Leal Pacheco de Brito - Presidente

Amândio Fernandes Pereira
Amândio Fernandes Pereira - Vogal

Ricardo Paulo Vazquez de Almeida
Ricardo Paulo Vazquez de Almeida - Vogal

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2021

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transfêridos	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	1	200.000,00	1.165,94	-177.557,48	115.830,56	19.853,22	159.292,24	159.292,24
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Aplicação de resultados		0,00	992,66	18.860,56	0,00	-19.853,22	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2	0,00	0,00	0,00	-3.729,78	0,00	-3.729,78	-3.729,78
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3							
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3							
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
Outras operações	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2021	6=1+2+3+4	200.000,00	2.158,60	-158.696,92	112.100,78	-995,07	154.567,39	154.567,39

(valores em Euro)

Paços de Ferreira, 25 de Março de 2022

Contabilista Certificado

José António Magalhães Machado
 José António Magalhães Machado (CC n.º 13.764)

A Direcção

Humberto Fernando Leal Pacheco de Brito
 Humberto Fernando Leal Pacheco de Brito - Presidente

Amândio Fernando Pereira
 Amândio Fernando Pereira - Vogal

Ricardo Paulo Vasques de Almeida
 Ricardo Paulo Vasques de Almeida - Vogal

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA


DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(valores em Euro)

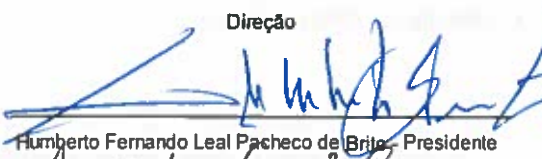
RUBRICAS	NOTAS	Períodos	
		2021	2020
Fluxos de caixa das atividade operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes e utentes		13 235,67	17 062,93
Pagamento a fornecedores		-124 051,32	-101 905,86
Pagamentos ao pessoal		-35 284,81	-33 578,50
Caixa gerada pelas operações		-146 100,46	-118 421,43
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-798,00	-942,62
Outros recebimentos/pagamentos		124 579,90	154 510,79
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-22 318,56	35 146,74
Fluxos de caixa das atividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		193,20	193,20
Recebimentos provenientes de:			
Outros ativos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)		-193,20	-193,20
Fluxos de caixa das atividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,15	0,00
Outras operações de financiamento		2 500,00	9 500,00
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)		-2 500,15	-9 500,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-25 011,91	25 453,54
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		40 764,62	15 311,08
Caixa e seus equivalentes no fim do período	14.4	15 752,71	40 764,62


Paços de Ferreira, 25 de Março de 2022


O Contabilista Certificado


José António Magalhães Machado (CC n.º 13 784)

Direção


Humberto Fernando Leal Pacheco de Brito - Presidente


Amândio Fernandes Pereira - Vogal


Ricardo Paulo Vasques de Almeida - Vogal

ANEXO

1. Identificação da Entidade

A **MOVELTEX - Centro de Competências e de Incubação de Empresas, Associação** (anteriormente denominada **TECVAl – Centro de Incubação de Empresas de Novas Tecnologias do Vale do Sousa, Associação**), é uma Associação sem fins lucrativos de Direito Privado, constituída em 29 de Julho de 2004, pelos Associados fundadores:

- Câmara Municipal de Paços de Ferreira;
- Associação Empresarial de Paços de Ferreira; e
- Profisousa – Associação de Ensino Profissional do Vale do Sousa.

A Associação tem (i) a sua sede na Rua Dr. Nicolau Carneiro, 196, Concelho de Paços de Ferreira e (ii) por objeto social, a gestão de infra-estruturas de acolhimento e incubação de recém criadas empresas de novas tecnologias e a prestação de serviços às empresas acolhidas ou incubadas, incluindo formação profissional e ou empresarial. Para o efeito dispõe de um Centro de Incubação de Empresas de Base Tecnológica para acolher Empresas de base tecnológica e Instituições ligadas à envolvente externa na Zona do Vale do Sousa.

É da opinião da Direção que estas Demonstrações Financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Associação, relativas ao período de 01 de Janeiro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021 bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa à data de 31 de Dezembro de 2021.

As notas que se seguem respeitam a numeração definida pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC - ESNL).

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;

- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

O DL n.º 98/2015 de 2 de Junho alterou o DL n.º 158/2009 de 13 de julho.

No período que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2016, as entidades devem aplicar as novas políticas contabilísticas alteradas pelo Aviso n.º 8256/2015, de 29 de Julho, sem reexpressar os saldos existentes no início desse período, e divulgar no Anexo as quantias que não sejam comparáveis.

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (SNC) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes

rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexistência influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente

atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

Os ativos fixos tangíveis, com exceção da rubrica de Edifícios e Outras Construções, encontram-se valorizados ao custo, deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. A rubrica de Edifícios e Outras Construções que foram alvo de reavaliação encontram-se registados ao justo valor.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil ou a capacidade produtiva dos ativos, são reconhecidos no custo do ativo. Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	3 a 10
Equipamento administrativo	7 a 14
Outros activos fixos tangíveis	5 a 8

A Associação revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.2. Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais permitam atividades presentes e futuras. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Associação determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo, sendo amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada o qual varia entre 3 e 4 anos.

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outros créditos a Receber

Os "Clientes" e as "Outros créditos a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras dívidas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4. Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.5. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.6. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimos Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

Os "Encargos Financeiros" de "Empréstimos Obtidos" relacionados com a aquisição, construção ou produção de "Investimentos" são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda.

A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

3.2.7. Subsídios do Governo e Apoios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando houver uma certeza razoável de que a empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos, e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são reconhecidos inicialmente no fundo patrimonial, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam. Nos casos em que os subsídios estejam relacionados com ativos fixos tangíveis não depreciáveis ou ativos intangíveis com vida útil indefinida serão mantidos no fundo patrimonial exceto quanto a quantias que sejam necessárias para compensar eventuais perdas por imparidade.

Subsídios do Governo reembolsáveis são passivos e como tal registados e apresentados. O eventual benefício decorrente da isenção ou bonificação de juros não é registado como ganho.

Os subsídios do Governo relacionados com rendimentos, são aqueles que não sejam os que estão relacionados com ativos. Estes são reconhecidos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.2.8. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de

- utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos e cinco anos para a Segurança Social a partir de 2001, exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2018 a 2021 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2020						
	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2020
Custo						
Edifícios e outras construções	254 280,18	0,00	0,00	0,00	0,00	254 280,18
Equipamento básico	101 491,23	0,00	0,00	2 356,92	0,00	103 848,15
Equipamento administrativo	985,11	0,00	0,00	0,00	0,00	985,11
Outros activos fixos tangíveis	1 180,00	0,00	0,00	-2 356,92	0,00	-1 176,92
Total (1)	357 936,52	0,00	0,00	0,00	0,00	357 936,52
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	64 516,17	4 933,04	0,00	0,00	0,00	69 449,21
Equipamento básico	97 655,42	0,00	0,00	1 523,33	0,00	99 178,75
Equipamento administrativo	295,90	133,30	0,00	0,00	0,00	429,20
Outros activos fixos tangíveis	375,00	125,00	0,00	0,00	0,00	500,00
Total (2)	162 842,49	5 191,34	0,00	1 523,33	0,00	169 557,16
Total (1)-(2)	195 094,03	-5 191,34	0,00	-1 523,33	0,00	188 379,36
31 de Dezembro de 2021						
	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2021
Custo						
Edifícios e outras construções	254 280,18	0,00	0,00	0,00	0,00	254 280,18
Equipamento básico	103 848,15	0,00	0,00	0,00	0,00	103 848,15
Equipamento administrativo	985,11	0,00	0,00	0,00	0,00	985,11
Outros activos fixos tangíveis	-1 176,92	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 176,92
Total	357 936,52	0,00	0,00	0,00	0,00	357 936,52
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	69 449,21	4 933,04	0,00	0,00	0,00	74 382,25
Equipamento básico	99 178,75	0,00	0,00	0,00	0,00	99 178,75
Equipamento administrativo	429,20	133,30	0,00	0,00	0,00	562,50
Outros activos fixos tangíveis	500,00	125,00	0,00	0,00	0,00	625,00
Total	169 557,16	5 191,34	0,00	0,00	0,00	174 748,50
Total (1)-(2)	188 379,36	-5 191,34	0,00	0,00	0,00	183 188,02

6. Ativos Intangíveis**Outros Ativos Intangíveis**

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2020						
	Saldos em 01-Jan-2020	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldos em 31-Dez-2020
Custo						
Outros ativos intangíveis	120 352,58	0,00	0,00	0,00	0,00	120 352,58
Total (1)	120 352,58	0,00	0,00	0,00	0,00	120 352,58
Depreciações acumuladas						
Outros ativos intangíveis	120 352,58	40,00	0,00	-1 523,33	0,00	118 869,25
Total (2)	120 352,58	40,00	0,00	-1 523,33	0,00	118 869,25
Total (1)-(2)	0,00	-40,00	0,00	1 523,33	0,00	1 483,33

31 de Dezembro de 2021						
	Saldos em 01-Jan-2021	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldos em 31-Dez-2021
Custo						
Outros ativos intangíveis	120 352,58	0,00	0,00	0,00	0,00	120 352,58
Total	120 352,58	0,00	0,00	0,00	0,00	120 352,58
Depreciações acumuladas						
Outros ativos intangíveis	118 869,25	40,00	0,00	0,00	0,00	118 909,25
Total	118 869,25	40,00	0,00	0,00	0,00	118 909,25
Total (1)-(2)	1 483,33	-40,00	0,00	0,00	0,00	1 443,33

7. Financiamentos Obtidos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2021, a rubrica de Financiamentos Obtidos é nula.

8. Rédito

Para os períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2021	2020
Vendas	0,00	0,00
Vendas (1)	0,00	0,00
Serviços Prestados a Clientes e Utentes	17 892,50	30 483,15
Quotas e Jóias	0,00	0,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Prestação de Serviços (2)	17 892,50	30 483,15
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Juros, Royalties e Dividendos (3)	0,00	0,00
Total (1)+(2)+(3)	17 892,50	30 483,15

9. Provisões, passivos contingentes, ativos contingentes e garantias

Provisões

Nos períodos de 2021 e 2020, não ocorreram variações relativas a provisões.

Passivos Contingentes

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a Empresa não tinha processos em curso que possam ser avaliados como passivos contingentes.

Ativos contingentes

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a Empresa não tinha processos em curso que possam ser avaliados como ativos contingentes.

10. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2021, a Entidade recebeu um subsídio por parte da Câmara Municipal de Paços de Ferreira, no âmbito dos seus fins estatutários. Reconheceu também um proveito relacionado com o subsídio à exploração, no âmbito da candidatura POCI-60-2019-08, designada por Formação-Ação para PME – 2.º Ciclo.

11. Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente contabilizado, é como segue:

Descrição	2021	2020
IRC Liquidado	0,00	656,24
Tributação Autónoma	132,52	141,76
Total	132,52	798,00

A decomposição do montante de imposto do período reconhecido nas Demonstrações Financeiras, é conforme segue:

Descrição	2021	2020
Imposto Corrente	132,52	798,00
Imposto Diferido	0,00	0,00
Total	132,52	798,00

12. Benefícios dos empregados

Para os períodos de 2021 e 2020, foram reconhecidos os seguintes Gastos com Pessoal:

Descrição	2021	2020
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao Pessoal	30 174,92	27 698,60
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	5 977,41	5 493,68
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	244,57	244,57
Gastos de Acção Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	0,00	0,00
Total	36 396,90	33 436,85

Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de empregados da entidade ao longo do ano, e o número no período findo em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 foi de:

	2021	2020
Número médio de empregados	1	1
Número de empregados no fim do período	1	1

13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

Em 31 de Dezembro de 2021 a entidade não possuía dívidas ao Estado, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

14. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

14.1. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	0,00	0,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Quotas	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador		
- AEPF	20 540,42	23 040,42
- Profisousa	18 054,62	18 054,62
Total	38 595,04	41 095,04

14.2. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2021 e 2020, a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Clientes e Utentes c/c	16 316,34	21 481,39
Clientes	16 316,34	21 481,39
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes títulos a receber	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	470,83	470,83
Clientes	470,83	470,83
Utentes	0,00	0,00
Total (1)	16 787,17	21 952,22
Imparidades de Clientes e Utentes c/c	-470,83	-470,83
Clientes	-470,83	-470,83
Utentes	0,00	0,00
Total (2)	-470,83	-470,83
Total (1)+(2)	16 316,34	21 481,39
Adiantamentos de Clientes e Utentes c/c	-590,40	-258,30
Clientes	-590,40	-258,30
Utentes	0,00	0,00

Nos períodos de 2021 e 2020 foram registadas as seguintes "Perdas e Reversões de Perdas por Imparidade":

Descrição	2021	2020
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

14.3. Outros créditos a receber

A rubrica de "Outros créditos a receber", a 31 de Dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2021	2020
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	10 153,98	0,00
Outros Devedores	77 813,80	131 396,63
Total	87 967,78	131 396,63

O montante evidenciado a 31 de Dezembro de 2021 e 2020 na rubrica de "Outros devedores" diz respeito ao valor a receber relativo ao subsídio à exploração, no âmbito da candidatura POCI-60-2019-08, designada por Formação-Ação para PME – 2.º Ciclo (ver Nota 14.8).

14.4. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2021	2020
Caixa	74,62	2 550,08
Depósitos à ordem	15 678,09	38 214,54
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Total	15 752,71	40 764,62

14.5. Fundos Patrimoniais

O Fundo Social da MOVELTEX, em 31 de Dezembro de 2021, encontra-se totalmente realizado e detalha-se como segue:

Associados	31.12.2021		31.12.2020	
	% Participação	Património	% Participação	Património
AEPF	63,64%	127 272,73	63,64%	127 272,73
CMPF	27,27%	54 545,45	27,27%	54 545,45
Profisousa	9,09%	18 181,82	9,09%	18 181,82
	100%	200 000,00	100%	200 000,00

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2021	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2021
Fundos	200 000,00	0,00	0,00	200 000,00
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	1 165,94	992,66	0,00	2 158,60
Resultados transitados	-177 557,48	18 860,56	0,00	-158 696,92
Ajustamentos em ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	115 830,56	0,00	-3 729,78	112 100,78
Resultado líquido do período	19 853,22	-995,07	-19 853,22	-995,07
Total	159 292,24	18 858,15	-23 583,00	154 567,39

Distribuição de Resultados

O Resultado Líquido Positivo do Exercício de 2020 de 19.853,22 euros (Dezanove Mil Oitocentos e Cinquenta e Três Euros e Vinte e Dois Cêntimos) foi transferido para rubrica de Reservas Legais (992,66 euros) e para a rubrica de Resultados Transitados (18.860,56 euros).

Outras Variações no Fundo Patrimonial

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Outras Variações no Fundo Patrimonial, detalha-se como segue:

OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	Valor
Outras variações de capital próprio 31.12.2019	119 560,34
Reconhecimento do proveito	-3 729,78
Outras variações de capital próprio 31.12.2020	115 830,56
Reconhecimento do proveito	-3 729,78
Outras variações de capital próprio 31.12.2021	112 100,78

14.6. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Fornecedores c/c	5 393,03	25 010,31
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores facturas em recepção e conferência	0,00	0,00
Total Fornecedores	5 393,03	25 010,31

14.7. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Imposto sobre o Rendimento	0,00	0,00
Retenção Imposto sobre Rendimento	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos	132,52	798,00
Retenção Imposto sobre Rendimento	778,00	632,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1 393,24	520,76
Segurança Social	1 158,83	1 158,84
Outros Impostos e Taxas	17,41	34,82
Total	3 480,00	3 144,42

14.8. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 a rubrica de "Diferimentos" apresenta os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Gastos a reconhecer:		
Outros	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Rendimentos a reconhecer:		
Subsídios	77 813,80	131 395,39
Total	77 813,80	131 395,39

O montante evidenciado a 31 de Dezembro de 2021 e 2020 na rubrica de "Rendimentos a Reconhecer" diz respeito ao proveito a reconhecer relativo a um subsídio à exploração, no âmbito da candidatura POCI-60-2019-08, designada por Formação-Ação para PME – 2.º Ciclo (ver Nota 14.3).

14.9. Outras Dívidas a Pagar

A rubrica "Outras dívidas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2021		2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	0,00	1 388,25	0,00	1 448,32
Credores por acréscimos de gastos	0,00	5 428,20	0,00	4 256,04
Remunerações a pagar	0,00	5 428,20	0,00	4 256,04
Outras credores por acréscimos de gastos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros credores	0,00	18 571,27	0,00	18 571,27
Total	0,00	25 387,72	0,00	24 275,63

As Outras Dívidas a Pagar incluem 5.428,20 euros (em 2020: 4.256,04 euros) de credores por acréscimos de gastos relativos a direitos adquiridos por trabalho prestado (férias e subsídio de férias) em 2021 e a liquidar em 2022.

14.10. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade no período de 2021 reconheceu um subsídio recebido por parte da Câmara Municipal de Paços de Ferreira no montante de 60.000 euros (em 2020: 60.000 euros).

Foi também reconhecido em 2021 um proveito referente ao subsídio, no âmbito da candidatura POCI-60-2019-08, designado por Formação-Ação para PME – 2.º Ciclo, no montante de 63.735,57 euros (em 2020: 83.433,48 euros).

14.11. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

Descrição	2021	2020
Trabalhos Especializados	88 808,41	95 038,83
Deslocações e Estadas	5 091,98	1 834,48
Publicidade e Propaganda	4 444,27	18 230,38
Limpeza, Higiene e Conforto	1 504,99	2 119,78
Transporte de Mercadorias	1 354,69	0,00
Material de Escritório	1 253,34	230,11
Contencioso e Notariado	559,17	0,00
Comunicação	505,82	568,54
Rendas e alugueres	414,42	0,00
Conservação e reparação	140,46	171,64
Serviços Bancários	97,00	47,90
Outros Materiais	0,00	82,81
Outros	260,73	389,14
Total	104 435,28	118 713,61

14.12. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Correções relativas a exercícios anteriores	0,00	388,82
Imputação do Subsídio para Investimento	3 729,78	3 729,78
Total	3 729,78	4 118,60

O montante evidenciado na rubrica subsídios, respeita ao reconhecimento do proveito relacionado com o subsídio obtido relacionado com o contrato de concessão de incentivos, celebrado em 2005, com o IAPMEI (POR/2005/0013/3.1/DREN).

14.13. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Impostos	6,73	1,86
Outros Gastos e Perdas	150,00	0,35
Total	156,73	2,21

14.14. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020, foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2021	2020
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,15	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	0,15	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros rendimentos similares	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Resultados financeiros	-0,15	0,00

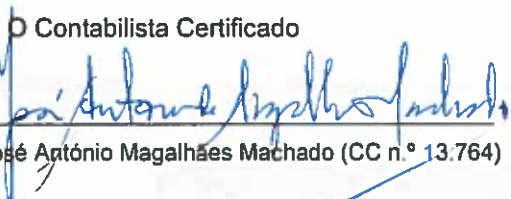
14.15. Acontecimentos após data de Balanço

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

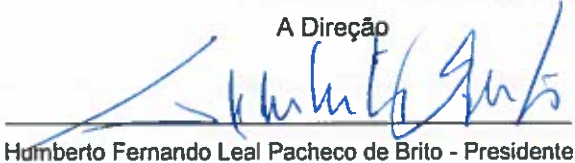
As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2021 foram aprovadas pela Direção em 25 de Março de 2022.

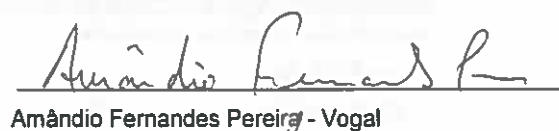
Paços de Ferreira, 25 de Março de 2022

O Contabilista Certificado


José António Magalhães Machado (CC n.º 13.764)

A Direção


Humberto Fernando Leal Pacheco de Brito - Presidente


Amândio Fernandes Pereira - Vogal


Ricardo Paulo Vasques de Almeida - Vogal

Declaração de responsabilidade

Certificação Legal das Contas - Exercício de 2021

Jorge Amorim & Susana Pereira, SROC, Lda. (SROC 207)
Rua de Chãos n.º 64
4630 – 275 Marco de Canaveses

Paços de Ferreira, 29 de Março de 2022

Exmos. Senhores

Pela presente confirmamos os seguintes elementos e informações que, na medida do nosso conhecimento e convicção, vos facultámos no decurso do vosso exame (Certificação Legal das Contas) das Demonstrações Financeiras da **MOVELTEX - Centro de Competências e de Incubação de Empresas, Associação** (anteriormente denominada TECVAL - Centro de Incubação de Empresas de Novas Tecnologias do Vale do Sousa, Associação), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2021, (que evidencia um total de Balanço de 305.827,38 euros e um total de Fundo Patrimonial de 154.567,39 euros, incluindo um Resultado Líquido Negativo de 995,07 euros) a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração de Fluxos de Caixa, as Demonstrações de Alterações no Fundo Patrimonial e os correspondentes Anexos do período findo naquela data.

1. Consideramos ser responsabilidade da Direcção fazer com que as Demonstrações Financeiras representem de forma verdadeira e apropriada a situação financeira do MOVELTEX, os resultados da sua atividade e as alterações verificadas na posição financeira, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal bem como a adoção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detetar eventuais erros ou irregularidades e salvaguardar o património do MOVELTEX.
2. Não temos conhecimento de quaisquer factos ou acontecimentos posteriores a 31 de Dezembro de 2021, que justifiquem ajustamentos ou divulgação nas demonstrações financeiras relativas ao exercício então findo, que afetem as situações e/ou informações nas mesmas reveladas, ou ainda que, embora não afetando aquelas demonstrações financeiras, situações ou informações, tenham alterado ou se espere que venham a alterar de forma significativa, favorável ou desfavoravelmente, a situação financeira do MOVELTEX, os seus resultados e/ou as suas atividades.

3. Foram-vos facultadas diversas atas disponíveis relativas às diversas reuniões dos órgãos sociais do MOVELTEX e os resumos de todas as deliberações tomadas por esses órgãos sociais em reuniões recentes e relativamente às quais ainda não foram preparadas as respetivas atas, bem como todos os livros e registos contabilísticos e financeiros existentes e respetiva documentação.

4. Não temos conhecimento de quaisquer contas, transações ou acordos importantes que não tenham sido adequadamente reproduzidos e integrados nos livros e registos financeiros e contabilísticos que serviram de base à elaboração das nossas demonstrações financeiras, nem de quaisquer transações que tenham sido conduzidas em moldes que se afastem dos procedimentos aceitáveis em termos legais, comerciais ou éticos ou das condições correntes de mercado no tocante à normal e razoável formação dos preços.

5. Não temos conhecimento de (a) quaisquer irregularidades envolvendo gestores e/ou empregados que desempenhem funções de relevo no nosso sistema de controlo interno contabilístico, ou (b) de quaisquer irregularidades ou eventuais violações das leis ou normas legais em vigor, cujos efeitos devessem ter sido evidenciados nos mapas financeiros ou servido de base à criação de provisões ou ao registo de prejuízos contingentes. O MOVELTEX tem respeitado todos os acordos contratuais que subscreveu e cuja falta de aderência possa ter efeitos importantes nas demonstrações financeiras.

6. As demonstrações financeiras incluem todos os ativos de propriedade do MOVELTEX que nelas devem figurar.

7. Os créditos a receber evidenciados no balanço montante de 104.284,12 euros representam créditos válidos sobre clientes e outros devedores por vendas realizadas ou outros encargos repercutidos ou débitos lançados em ou antes de 31 de Dezembro de 2021. A cobrança destes valores não está por qualquer forma condicionada nem existem acordos para o seu diferimento para além de um ano.

8. Todo o passivo do MOVELTEX de que temos conhecimento está incluído nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2021. Fizemos uma revisão cuidadosa da situação respeitante a compromissos, responsabilidades contingentes, ações judiciais, situações fiscais por regularizar e eventuais reclamações e/ou casos litigiosos, tendo concluído que são adequadas as provisões existentes para lhes fazer face bem como os respetivos elementos informativos constantes das demonstrações financeiras. Em particular:

(1) Consideramos que, caso a questão seja levantada pelas autoridades fiscais, poderemos demonstrar que as políticas de preços seguidas nas transações com entidades afins e/ou com interesses no MOVELTEX, obedecem a critérios de razoabilidade, independência e prática comercial corrente.

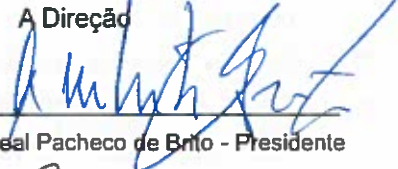
- (2) Não temos conhecimento de qualquer litígio pendente ou potencial ou de qualquer reclamação de natureza fiscal ou outra, de consequências significativas, nem encarregamos os nossos advogados de tratarem de qualquer dessas matérias.
9. Procedemos ao adequado registo e/ou divulgação nas demonstrações financeiras examinadas das seguintes situações:
- (1) Contas a receber ou a pagar em nome de entidades afins ou associadas do MOVELTEX, tais como subsidiárias, afiliadas, principais Associados, Directores, gestores, bem como das transações de venda, compra, financiamento, transferência, acordos de aluguer e/ou garantias com as mesmas entidades.
- (2) Acordos com instituições financeiras envolvendo a compensação de saldos, ou outros acordos limitativos da disponibilidade dos valores em caixa e em bancos ou de linhas de crédito, ou ainda outros acordos similares.
- (3) Acordos visando a posterior reacquisição de bens vendidos até à data do balanço.
- (4) Outros acordos que não se integrem no curso e objetivos normais da atividade do MOVELTEX.
- (5) Garantias verbais e outros contratos tais como compromissos com a compra ou venda de moeda estrangeira com prévia fixação de câmbios
9. Não temos projetos ou intenções de acções que possam pôr em causa a continuidade das operações.
10. Confirmamos que não existem outras contas bancárias abertas fora do Território Português, para além das que forma fornecidas.
11. Confirmamos a não existência de advogados.
12. Confirmamos que existem procedimentos sobre o branqueamento de capitais, e até à presente data não foram encontradas quaisquer irregularidades sobre esta matéria.
13. Confirmamos que foram fornecidas todas as informações em relação a fraude ou a suspeita de fraude de que tivemos conhecimento e que afete a entidade envolvendo:
- A Direção;
 - Empregados com cargos importantes no controlo interno; ou
 - Outros, quando a fraude possa ter um efeito material nas Demonstrações Financeiras (ISA 240).


14. Confirmamos que foram fornecidas todas as informações em relação a alegações de fraude ou de suspeita de fraude que afete as demonstrações financeiras da entidade, comunicadas por empregados, ex-empregados ou outros (ISA 240).
15. Confirmamos que vos foram dados conhecimento de todos os casos conhecidos de incumprimento ou suspeita de incumprimento de leis e regulamentos cujos efeitos devem ser considerados na preparação das demonstrações financeiras (ISA 250).
16. Confirmamos que vos foram dados conhecimento da identidade das partes relacionadas da entidade e de todos os relacionamentos e transações com partes relacionadas de que tivemos conhecimento (ISA 550).

O Contabilista Certificado


José António Magalhães Machado (CC n.º 13.764)

A Direção


Humberto Fernando Leal Pacheco de Brito - Presidente


Amândio Fernandes Pereira - Vogal


Ricardo Paulo Vasques de Almeida - Vogal

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **MOVELTEX - Centro de Competências e de Incubação de Empresas, Associação** que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2021 (que evidencia um total de 305.827,38 euros e um total de fundos patrimoniais de 154.567,39 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 995,07 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração de fluxos de caixa, relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a

1/3



preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;

- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de

acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;

- Concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Marco de Canaveses, 29 de Março de 2022

Jorge Amorim & Susana Pereira, SROC, Lda. (SROC n.º 207)

Representada por Joaquim Jorge Amorim Machado, ROC n.º 1.157